

# **A MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE CONTAGEM E NOVA LIMA, 1991-2000**

Marcy Regina Martins Soares\*  
Renata Guimarães Vieira de Souza♦  
Fausto Reynaldo Alves de Brito^

## Resumo:

Nas últimas décadas, vem ocorrendo no Brasil o fenômeno da redistribuição da população dos grandes centros urbanos. Diante do intenso crescimento das cidades circunvizinhas das Capitais, este trabalho busca localizar e quantificar essa saída da população dos núcleos para os demais municípios das Regiões Metropolitanas – RMs. A lógica do local e suas implicações sociais embasaram a escolha dos municípios. Por um lado o deslocamento dos pobres e por outro da parcela rica da população, saindo da capital por motivos díspares. A massa pobre se desloca por questões ligadas à sobrevivência familiar – moradias mais baratas. Por outro lado a parcela rica se move em busca de melhor qualidade de vida. O município de Contagem é tipicamente industrial e oferece moradias com preço mais acessível, já o município de Nova Lima possibilita um maior acesso a natureza e a segurança dos condomínios fechados. O mapeamento dessa redistribuição da população e a análise das suas possíveis causas, servem como embasamento para políticas direcionadas no combate a exclusão social e a discriminação de parcelas “pobres” da população das RMs.

Palavras-chave: Contagem; Nova Lima; migração intrametropolitana; expansão urbana.

---

\* Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR e Superintendente de Estatísticas Primárias da Fundação João Pinheiro.

♦ Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR e Pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Humano e Sustentável da PUC-MG.

^ Professor adjunto e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG

# **A migração intrametropolitana na Região Metropolitana de Belo Horizonte: uma comparação entre os municípios de Contagem e Nova Lima, 1991-2000**

Marcy Regina Martins Soares\*  
Renata Guimarães Vieira de Souza♦  
Fausto Reynaldo Alves de Brito▲

## **1. Introdução**

Nas últimas décadas, algumas das grandes capitais brasileiras, núcleos das Regiões Metropolitanas, têm tido uma considerável desaceleração das suas taxas de crescimento populacionais. Essa desaceleração vem sendo acompanhada pela intensificação do crescimento dos outros municípios das Regiões Metropolitanas. Segundo MAGALHÃES (2002), a estrutura espacial de uma cidade baseia-se na sua organização, o que inclui não somente a localização das residências, instituições públicas e privadas, mas também as várias interações espaciais entre os municípios. A organização dessa estrutura é motivada, fundamentalmente, por “aspectos sociais, econômicos ou de lazer”.

O objetivo desse trabalho é analisar e comparar dois importantes municípios da RMBH, Contagem e Nova Lima, que estão localizados em diferentes áreas da RMBH. Primeiramente será feita uma caracterização demográfica e socioeconômica dos moradores desses municípios e posteriormente será analisada a migração intrametropolitana no período de 1986/91 e 1995/2000. Foram utilizados dados do Censo Demográfico de 1991 e 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## **2. Expansão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte**

O município de Belo Horizonte apresentou o comportamento descrito acima e teve sua maior participação relativa na população total da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) nos anos 60, tendo respondido por 74,45% da população, enquanto o restante da Região Metropolitana – RRMBH<sup>3</sup> participava com apenas 25,55%. Após essa década, a capital sofreu retração na participação, perdendo população para sua região. Em 2000, o RRMBH já contava com quase metade da população da RMBH (48,51%) - Tabela 1.

Esse fenômeno pode ser chamado de inversão espacial do crescimento demográfico e mostra que o comando do crescimento da RMBH está, atualmente, em alguns municípios do restante da RM e não na capital. A principal causa dessa reversão são as mudanças no comportamento das migrações intrametropolitanas, que corrobora para a redistribuição espacial da população.

Segundo relatório do PLAMBEL (1987), antigo órgão responsável pelo planejamento da RMBH, o crescimento das cidades, que se expandem por agregação de periferias, não se faz acompanhar por investimentos proporcionais em serviços sociais e infra-estruturas, o que irá

---

\* Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR.

♦ Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR.

▲ Professor adjunto e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG

<sup>3</sup> RRMBH – Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ou seja, os municípios da Região Metropolitana excluindo a Capital.

resultar, ao final da década de 50 e início da década de 60, em uma crise urbana exacerbada. O comportamento de Belo Horizonte é característico desta situação ampla, especificando estes processos: rompendo a estrutura urbana até então prevalecente, desencadeia-se a metropolização<sup>4</sup>, delineando-se as marcas da estrutura atual da RMBH. Esse mesmo relatório salienta que a dinâmica da estruturação de Belo Horizonte, marcada pelos fenômenos da cornubação/metropolização<sup>5</sup> é, nitidamente, uma especificação dos processos observados em nível nacional.

**Tabela 1:**  
**Região Metropolitana de Belo Horizonte, População Relativa - 1940-2000**

Período	População (%)		
	BH	RRMBH	RMBH
1940	57,32	42,68	100
1950	67,45	32,55	100
1960	74,45	25,55	100
1970	71,82	28,18	100
1980	66,54	33,46	100
1991	57,46	42,54	100
2000	51,48	48,52	100

Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1940,1950,1960, 1970,1980,1991 e 2000.

Na Tabela 2 é possível observar que Belo Horizonte continua com a maior participação relativa no crescimento da Região Metropolitana, apesar da participação expressiva dos municípios com mais de 50.000 habitantes. A expansão metropolitana de Belo Horizonte foi caracterizada por uma alta concentração do mercado imobiliário nas mãos das grandes empresas do ramo. Esse monopólio acaba por acarretar uma alta nos preços dos imóveis, o que torna inviável e inacessível, para aqueles indivíduos de baixa renda, ser proprietário ou locatário de uma residência na Capital. Na verdade, a geografia sócio-espacial da RMBH reflete a segregação existente na sociedade.

Essa expansão foi alimentada através de seis vetores, a saber: Norte, Norte Central, Leste, Sul, Sudoeste e Oeste (QUADRO 1). A área urbana de Belo Horizonte cresce em todas as direções e, particularmente, naquelas em que a topografia é mais favorável – Oeste e Norte – direcionamento resultante da força indutora da Cidade Industrial e da Pampulha, tendo como suportes as avenidas Amazonas e Antônio Carlos, que se convertem nos principais eixos viários intra-regionais. O centro de Belo Horizonte ainda detém sua primazia enquanto força dinamizadora da organização do espaço. Mas a Cidade Industrial já desponta como força complementar, pois passa a constituir um núcleo atrator de parcelamentos e de assentamentos operários, inclusive vencendo barreiras naturais que até então limitavam a expansão urbana mais intensa para oeste, afirmando-se como espaço da produção industrial. Com a atuação do Poder Público na produção das infra-estruturas urbanas, do sistema de transporte coletivo e da atuação do mercado imobiliário, nos anos 50, a cidade industrial (eixo oeste), já ocupada, atrai para o oeste a maior parte dos loteamentos realizados na Região e então o Aglomerado adquire a configuração que se mantém até o presente (PLAMBEL, 1987).

<sup>4</sup> Esse fenômeno foi observado em todo território nacional e verifica-se como uma integração sócio-urbanística que ultrapassa o limite das capitais e formam os aglomerados metropolitanos (municípios interligados e geralmente dependentes do núcleo central).

<sup>5</sup> Cornubação - coalescência de várias cidades e sua fusão numa área metropolitana.

**Tabela 2:**  
**Taxa Geométrica de crescimento anual da população e participação relativa no incremento absoluto da população da RMBH - 1970- 2000**

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O N.º DE HABITANTES	CRESCIMENTO			PARTICIPAÇÃO RELATIVA		
	1970/80	1980/91	1991/2000	1970/80	1980/91	1991/2000
<b>MUNICÍPIOS &gt; 50.000</b>						
BELO HORIZONTE	3.73	1.15	1.11	57.05	28.52	25.69
CONTAGEM	9.69	4.38	2.00	17.69	20.15	10.64
BETIM	8.33	6.65	6.65	4.85	10.34	16.26
RIBEIRÃO DAS NEVES	21.36	7.16	6.23	6.02	9.13	12.60
SANTA LUZIA	9.00	7.87	3.34	3.62	9.29	5.75
IBIRITÉ	7.44	7.95	4.12	2.14	6.28	4.92
SABARÁ	3.58	3.09	2.78	1.99	3.04	3.04
VESPASIANO	7.26	7.39	3.77	1.32	3.55	2.63
NOVA LIMA	1.95	2.20	2.32	0.76	1.33	1.46
PEDRO LEOPOLDO	3.80	3.02	2.93	0.98	1.38	1.50
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>4.78</b>	<b>2.52</b>	<b>2.18</b>	<b>96.40</b>	<b>93.01</b>	<b>84.50</b>
<b>MUNICÍPIOS ENTRE 20 e 50.000</b>	<b>2.99</b>	<b>2.84</b>	<b>2.23</b>	<b>3.62</b>	<b>5.84</b>	<b>4.93</b>
<b>MUNICÍPIOS &lt; 20.000</b>	<b>-0.03</b>	<b>1.23</b>	<b>8.78</b>	<b>-0.02</b>	<b>1.16</b>	<b>10.57</b>
<b>TOTAL RMBH</b>	<b>4.52</b>	<b>2.51</b>	<b>2.37</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>

Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

**Quadro 1:**  
**Vetores de expansão da RMBH e seus respectivos municípios - 2000**

VETORES	MUNICÍPIOS
OESTE	BETIM
	CONTAGEM
	ESMERALDAS
	IBIRITÉ
	MÁRIO CAMPOS
NORTE CENTRAL	SARZEDO
	RIBEIRÃO DAS NEVES
	SANTA LUZIA
	SÃO JOSÉ DA LAPA
NORTE	VESPASIANO
	BALDIM
	CAPIM BRANCO
	CONFINS
	JABOTICATUBAS
	LAGOA SANTA
	MATOSINHOS
	NOVA UNIÃO
	PEDRO LEOPOLDO
TAQUARAÇU DE MINAS	
LESTE	CAETÉ
	SABARÁ
SUL	NOVA LIMA
	BRUMADINHO
	RAPOSOS
	RIO ACIMA
	RIO MANSO
SUDOESTE	ITAGUARA
	FLORESTAL
	IGARAPÉ
	JUATUBA
	MATEUS LEME
SÃO JOAQUIM DE BICAS	

Fonte: BRITO(1998), adaptado pelo autor

Diante desse contexto é possível observar, de um lado, a expansão do eixo norte e oeste da capital, definida como mobilidade dos pobres<sup>6</sup>, e, por outro lado, a expansão da zona sul da cidade, área residencial destinada a grupos de alta renda. Dessa forma, a população fica à mercê da redistribuição espacial das atividades econômicas e das leis do mercado imobiliário. Verifica-

<sup>6</sup> Migração dos pobres por causa dos loteamentos para população de baixa renda, nos municípios do vetor oeste e por causa da especulação imobiliária que acaba supervalorizando certas áreas da cidade e empurrando os que não conseguem pagar o preço.

se um processo de “metropolização da pobreza”, marcado por uma expansão espacial da exclusão social, o que leva a um deslocamento em direção as periferias metropolitanas. Aliado a isso está a mobilidade da população de alta renda, a qual migra para municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte –RMBH, em busca e maior qualidade de vida proporcionada por um maior contato com a “natureza”.

### **3. Caracterização do município de Contagem**

#### **3.1. A formação e expansão urbana**

O município de Contagem nasce diante de uma política de intervenção sistemática, do poder público, no processo de desenvolvimento industrial de Minas Gerais.

“O primeiro ato no sentido de dar concretude ao sonho de uma cidade industrial em Minas foi o decreto no. 770 de 20 de março de 1941, em que o governo mineiro declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de aproximadamente 770 hectares na localidade de Ferrugem...” (FARIA; PEREIRA, 1995, p.20).

Em 1941, foi criada a Cidade Industrial Juventino Dias, no então distrito de Contagem, que entre outras vantagens, oferecia a Capital à preservação da sua paisagem urbana. A instituição da Cidade Industrial gerou a retenção de terrenos no seu entorno, pela iniciativa privada.

A cidade industrial de Contagem foi projetada em 1940, localizando-se na região de Ferrugem, área que até então pertencia ao município de Betim. O local escolhido oferecia certas vantagens: a proximidade da capital permitiria além do acesso a mão-de-obra, acesso a ferrovia da Rede Mineira de Viação e Estrada de Ferro Central do Brasil, a infra-estrutura de prestação de serviços e a proximidade de recursos minerais profuso e diversificados (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002, p.2).

Segundo relatório do antigo órgão responsável pelo Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PLAMBEL, as iniciativas por parte do poder público para atrair indústrias para essa área, de início, não apresentaram resultados positivos. Os motivos que dificultavam a instalação das indústrias estavam ligados à infra-estrutura local, ou seja, problemas relacionados ao fornecimento de energia elétrica e a precariedade do sistema viário.

Durante a década de quarenta as seguintes indústrias se instalaram no local: Cimento Portland Itaú (1941), Magnesita (1942), Companhia Industrial de Estamparia (1943), Indústria Mineira de Moagem S/A (1946), Companhia Fiação e Tecelagem São Geraldo (1947) e o Cotonifício Minas Gerais (1948). Segundo aponta o relatório da Pesquisa de Impactos e Perspectivas da Reestruturação Produtiva de Centros Industriais Médios no Brasil (2002), somente no final da década de 40 a Cidade Industrial ganha impulso e na década seguinte, acontece o primeiro crescimento efetivo no número de empresas e conseqüentemente no contingente de empregados.

“Em 1950, eram 18 indústrias e 1268 pessoas empregadas. Em 1952, 21 empresas e 2850 empregados. Em 1955, já existiam 45 empresas, sendo 22 dos ramos elétrico, mecânico e de metalurgia (ALBANO,1980 p. 142-143)”

Ao final da década de 60 intensifica-se o processo de desenvolvimento industrial, que beneficia em especial os municípios de Contagem, Betim e Vespasiano. Mas, o município de Contagem perde espaço para Betim, o qual se torna uma opção bastante interessante para a

industrialização na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A antiga Cidade Industrial possuía uma área limitada que logo foi totalmente ocupada, além de apresentar muitos problemas de urbanização. Entre as principais deficiências destacavam-se: precário abastecimento de água, sistema de esgotos restrito – lançado diretamente no Ribeirão Arrudas, não existia uma definição para os escritórios, comércio e habitação, não havia um planejamento quanto à distribuição das indústrias no espaço, faltava espaço para áreas de preservação ambiental e moradia para os operários, também apresentava precariedade nos transportes coletivos e forte poluição ambiental.

Os terrenos da Cidade Industrial eram cedidos às empresas pelo regime de aforamento, dessa forma, as empresas detinham apenas o direito de uso. Esse sistema não era muito interessante para as empresas, uma vez que o patrimônio não aumentava de acordo com o valor do terreno. Posteriormente, o Estado substituiu a concessão de terrenos pela venda efetiva dos mesmos. O dinheiro arrecadado através da venda, seria destinado ao financiamento de novos distritos industriais, os quais seriam construídos por uma empresa do Estado, a Companhia dos Distritos Industriais - CDI (FARIA, PEREIRA, 1995, p.39-40).

Em 1967 foi criado o Escritório de Planejamento Urbano de Contagem (EPUC), com o intuito de corroborar para o planejamento integrado de Contagem. O EPUC avaliou os problemas urbanísticos existentes na Cidade Industrial, o que embasou a construção da barragem Vargem das Flores e a construção em 1970 do Centro Industrial de Contagem (CINCO), através do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002, p.35). O CINCO manteve o modelo industrial, porém com uma indústria moderna e menos poluente, principalmente ligada aos ramos de material elétrico, material de transporte, mecânica, química, entre outros (HENRIQUES, 1996, p.26 e 27).

No ano de 1976, o CINCO estava com quase toda sua área ocupada, o que praticamente obrigou a Prefeitura de Contagem expandir o território. Surge então um novo distrito industrial o CINCÃO, situado entre a BR - 040 e o ramal ferroviário (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002, p.36).

A década de 70 pode ser considerada um período de acelerada expansão industrial de Contagem. Durante esse período o município contou com a participação do capital estrangeiro e conseguiu um desempenho favorável no setor secundário, o qual no início da década apresentava um contingente de ocupados de 14.127 e em 1980 passa a um contingente de 35.040 pessoas ocupadas. (RELATÓRIO PLAMBEL, 1990, p.15-16).

A primeira metade da década de 80 é marcada por um reordenamento intra-setorial no município. Naquele momento, a maior parte das empresas de Contagem era de pequeno porte, 212 estabelecimentos com até 10 empregados. As fábricas mais antigas, ou seja, aquelas que se instalaram no município até 1960, eram as que mais empregavam (CONTAGEM. Prefeitura, 1994, p.55).

A década de 90 é marcada pelo surgimento de áreas alternativas para a instalação de novas indústrias, não só na RMBH como em outras regiões do estado. HENRIQUES (1996, p.47) salienta em seu estudo, que no que se refere aos empréstimos concedidos pelo BDMG, no período de 1988-1994, apesar de Betim, Contagem e BH continuarem sendo responsáveis pela maior montante financiado, surgem municípios alternativos, como, por exemplo, Nova Lima.

Atualmente, aliado ao surgimento de áreas alternativas, um outro fator desfavorável corrobora para que Contagem perca a concorrência por novos empreendimentos, o município não apresenta terrenos disponíveis para instalação de indústrias. Nesse contexto de extrema ocupação um terceiro fator insurge para agravar ainda mais a situação desfavorável desse município, a questão dos transportes públicos insuficientes (HENRIQUES, 1996, p.76-80).

Um dos maiores problemas no que se refere à infra-estrutura no período atual, é a de um local apropriado para destinação final dos resíduos industriais, uma vez que as indústrias estão sendo oneradas desfavoravelmente com o custo de enviar o “lixo industrial” para outros estados. Outra deficiência que precisa ser suprida é a falta de um centro de convenções capaz de atrair para o município o “turismo de negócios” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002, p.44).

Quanto às desvantagens competitivas, há necessidade de se adequar os impostos cobrados aos níveis das localidades alternativas que se instituem na própria RMBH. Em Contagem, as alíquotas de ISSQN cobradas são superiores as de Betim, município limítrofe e de grande potencial industrial (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002, p.45).

## 2.2.Caracterização atual do município de Contagem

O município de Contagem tem uma extensão territorial de 195,2 Km<sup>2</sup>, com 67,7% de área urbana e 32,3% de área considerada rural. Localiza-se na divisa oeste da capital e tem uma população de 536.408 habitantes (Tabela 3). Na TAB 4 é possível verificar a taxa geométrica de crescimento, ou seja, o ritmo de crescimento durante a década de 70, 80 e 90 da população desse município. Na década de 70 o município de Contagem apresentou acelerado crescimento, diminuindo consideravelmente no período de 80/ 90 (passando de 9,69 para 2,00).

**Tabela 3:**  
**População total, Contagem – 1970-2000**

Ano	Pop. Total
1970	111.235
1980	280.477
1991	449.588
2000	536.408

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

**Tabela 4:**  
**Taxa geométrica de crescimento anual da população de Contagem – 1970-2000**

Período	Taxa de crescimento	Participação Relativa
1970/80	9,69	17,69
1980/91	4,38	20,15
1991/00	2,00	10,64

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Analisando os indicadores de renda percebe-se uma melhora na renda per capita média no período de 1991 a 2000, a qual obteve uma variação positiva de 34,29%, passando de R\$208,93 para R\$280,59. O indicador proporção de pobres foi calculado tomando como base as pessoas com renda per capita inferior a R\$75,50. Na análise desse indicador observa-se que a proporção de pobres sofreu decréscimo de 5,43 pontos percentuais, ou seja, passou de 24,18% em 1991 para 18,75% em 2000.

Quanto à desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini<sup>7</sup>, Contagem apresenta um índice de 0,51, bastante alto, mas inferior ao da Capital, que apresenta uma desigualdade de renda bem maior (0,63). Esse foi o único indicador que não sofreu melhora, o que sugere um aumento da concentração da renda nesse município (Tabela 5).

**Tabela 5:**  
**Indicadores de Renda, Pobreza e desigualdade, Contagem - 1991/2000**

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Renda per capita média (R\$)	208,93	280,59
Proporção de pobres (%)	24,18	18,75
Índice de Gini	0,48	0,51

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano.

Na análise do mercado de trabalho, a população economicamente ativa (PEA) e a população ocupada foram observadas. De acordo com o IBGE, a PEA compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. A ocupada abrange aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não estavam trabalhando (pessoas em férias por exemplo). A semana de referência é a semana de domingo a sábado, que precede a semana da realização da entrevista.

Considerando a PEA de Contagem, os dados sugerem que, no ano 2000, 73% das pessoas de 15 a 64 anos eram economicamente ativas e 59% se encontrava ocupadas. Na comparação segundo sexo, verifica-se um maior percentual de homens ocupados (71%) e ativos. Com relação às mulheres, apenas 46% encontram-se ocupadas – Tabela 6.

**Tabela 6:**  
**Pessoas com 15 a 64 anos, economicamente ativas,  
e ocupadas na semana de referência, por sexo, Contagem – 2000**

<b>Descrição</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Pop. de 15 a 64 anos	369.994	180.450	189.543
PEA*	268.908	153.911	114.997
%PEA	72,68	85,29	60,67
População ocupada **	216.911	128.919	87.993
% Pop. Ocupada	58,63	71,44	46,42

Fonte: Censos Demográficos de 2000

\*População economicamente ativa na semana de referência

\*\* População ocupada na semana de referência

O Produto Interno Bruto (PIB) e a Receita Orçamentária serão utilizados como indicadores da situação econômica do município. O PIB é o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos no município durante o período, equivalente à renda gerada. As receitas que se esgotam dentro do período anual são chamadas de receitas corrente, como por exemplo, receitas de impostos que, por se extinguirem no decurso da execução orçamentária, têm, por isso, de serem elaboradas todos os anos.

<sup>7</sup> Coeficiente de Gini: medida de distribuição de renda, que varia de um valor mínimo de 0, situação de igualdade perfeita da distribuição de rendimentos em uma sociedade, a um valor máximo de 1, situação de extrema desigualdade.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro, esse município apresentou um PIB para o ano 2000, oriundo do setor industrial de R\$2.071.344.887,62, para o setor de serviços na ordem de R\$ 1.684.508.622,47 e para o agrícola de R\$82.554,18. Na comparação entre os setores de atividade, verifica-se que o setor industrial tem o maior peso no PIB total. Isso se deve principalmente, por Contagem se caracterizar como um município fortemente industrializado - Tabela 7.

**Tabela 7:**  
**Produto Interno bruto (PIB) a preços correntes e PIB por habitante, por setores de atividade econômica, Contagem – 2000**

Setores de atividade econômica e PIB/hab	PIB*
Agropecuário	82.554
Industrial	2.071.345
Serviços	1.684.509
<b>Total</b>	<b>3.755.936</b>
PIB por habitante	6.970,78

Fonte: Fundação João Pinheiro

Em R\$ 1.000,00

As receitas da Prefeitura são geradas pelos seguintes impostos: ICMS, IPVA, ITBI, FPM, ISS, IPTU, ITR, multas e taxas diversas. Dentre esses os mais importantes são: o ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o IPVA que é o Imposto sobre a propriedade de Veículos Automotores, o ISS que é o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza e o IPTU, Imposto Predial e Territorial Urbano. Na Tabela 8 é possível analisar a receita orçamentária, no período de 2000 a 2003, que mostra a importância do ICMS, uma vez que a maior parte da arrecadação dele é proveniente. No período de 2000 a 2004, Contagem aumentou sua receita orçamentária em 38,06%. Em 2003 a arrecadação do ICMS era 7,7 vezes maior do que a referente a outras receitas.

**Tabela 8:**  
**Receita Orçamentária, Contagem – 2000**

ANO	ICMS	Outras Receitas (1)	Total Geral
2000	343.725.342,54	46.202.088,86	389.927.431,40
2001	378.847.132,35	59.824.782,33	438.671.914,68
2002	433.948.644,93	58.306.749,41	492.255.394,34
2003	476.419.024,26	61.905.826,82	538.324.851,08

Fonte: Arrecadação por Município-SICAF/RFGAP801- Secretaria Estadual da Fazenda

Nota: (1)Outras Receitas = IPVA, ITCD, AIR, Taxas, Multas, Juros e Dívida Ativa.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice que não leva em conta estritamente à dimensão econômica. Além da renda, são consideradas mais duas características do desenvolvimento humano: a longevidade de uma população (expressa pela sua esperança de vida ao nascer) e o grau de maturidade educacional (que é avaliado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino). Para a renda utiliza-se o PIB real per capita, expresso em dólares e ajustado para refletir a paridade do poder de compra entre os países. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, é calculado de maneira

semelhante e levando-se em conta as três dimensões (renda, longevidade e educação), com adaptações feitas para adequação do índice a uma unidade de análise específica: o município.

**Tabela 9:**  
**Índice de Desenvolvimento Humano, Contagem – 2000**

<b>IDH</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Municipal	0,73	0,789
Educação	0,836	0,901
Longevidade	0,688	0,751
Renda	0,665	0,714

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Na Tabela 9 é possível observar que o IDH do município de Contagem era de 0,730 em 1991 passando a 0,789 em 2000. Apesar da melhora desse indicador durante o período analisado, esse município ainda não detém a classificação de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8). A dimensão que mais contribuiu para o aumento do IDH no período entre 1991 e 2000 foi a da educação (que passou de 0,836 para 0,901). Na comparação com os demais municípios de Minas Gerais, o município de Contagem era o 37º do ranking em 1991, caindo para a 75ª posição em 2000, o que sugere uma melhora generalizada no índice de outros municípios.

### **3. Características do município de Nova Lima**

#### **3.1. A formação e expansão urbana**

Por se tratar de um município com grande capacidade extrativa mineral, a formação de Nova Lima está intimamente ligada à extração de minério de ferro e de ouro. A partir dos séculos XVIII e XIX, a atividade de extração do ouro começou de maneira irregular na lavra subterrânea de Morro Velho e em torno desta surgiu um núcleo urbano que se consolidou como a sede do município. Em 1834, essa lavra foi vendida para uma empresa de capital inglês, a St. John D'el Rey Mining Company, que se transferiu do município de São João Del Rey para Nova Lima (COSTA, 2003 & MENDONÇA, 2004). Essa capacidade extrativa fez com que a aproximação econômica entre Belo Horizonte e Nova Lima estivesse diretamente vinculada à mineração “moderna” e ao setor exportador (TEIXEIRA, 2001).

A partir dos anos sessenta, surge uma sociedade da empresa mineradora na época com um grupo americano chamado Hanna que já explorava ferro no quadrilátero ferrífero. A partir desse momento passam a existir duas novas empresas: as Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) e a Mineração Morro Velho. A Morro Velho, que hoje é chamada de Anglo Gold, ficou encarregada de dar continuidade à extração do ouro e a MBR, que foi fruto da fusão com o grupo Hanna, continuou com a exploração do minério de ferro (COSTA, 2003).

As terras estavam altamente concentradas nas mãos das mineradoras, sendo que a empresa St. John D'el Rey Mining Company, era proprietária de 420 km<sup>2</sup> de um total de 428 km<sup>2</sup> que corresponde à área total do município de Nova Lima. Atualmente, ainda é possível notar essa grande concentração de terras, sendo 210 km<sup>2</sup> (49%) do total de terras do município de propriedade das duas empresas, 130 km<sup>2</sup> de propriedade da Anglogold e 80 km<sup>2</sup> da MBR (COSTA, 2003).

Com essa alta concentração de terras, a ocupação estava diretamente relacionada aos interesses das empresas, o que fez com que houvesse um controle da expansão. Além disso, o fato dos terrenos serem acidentados, em áreas de florestas e devido às poucas alternativas de acesso viário, também contribuiu para que a expansão do município ocorresse de forma controlada (COSTA, 2003).

A urbanização dessa região é dispersa e marcada pelos terrenos da Serra do Curral e limites impostos pela atividade mineradora predominante. Além de ser historicamente ocupada pela mineração de ouro e de ferro, trata-se de uma região integrante de uma Área de Proteção Ambiental (APA), com importantes mananciais de abastecimento de água. Atualmente, apresenta uma tendência de expansão fragmentada do tecido urbano, sob a forma de assentamentos residenciais destinados às camadas de maior renda da população (COSTA, 2004b).

Um dos determinantes dessa expansão urbana foi a criação do bairro Belvedere III (região do Belvedere onde foi modificado o zoneamento, englobando 26 quadras e 19 ruas). Esse bairro está localizado bem próximo à divisa de Belo Horizonte e Nova Lima, junto a Serra do Curral e passou por um intenso e rápido processo de verticalização devido a mudanças na legislação de zoneamento. Na década de 1980 era uma área de intensa especulação imobiliária, por estar situado próximo a áreas de interesse ambiental e paisagístico. Sua localização privilegiada e a legislação de uso e ocupação do solo restritiva eram ponto de conflito entre interesses públicos e privados (HILGERT, 2004).

O zoneamento dessa região foi alterado, tornando-o bastante permissivo em relação ao anterior, priorizando interesses particulares em detrimento de interesses coletivos. A aprovação do empreendimento Belvedere III, permitiu uma expansão que não ocorrera conforme o planejamento urbano da cidade, pois ignorava a legislação urbanística, as avaliações de impacto ambiental, a vontade popular e os estudos oficiais. Devido a essa falta de planejamento, ocorreram alguns problemas, dentre eles, o mais sério é o tráfego intenso provocado pela construção dos espigões e pela ampliação do shopping localizado ao lado dessa região (HILGERT, 2004).

### **3.2. Expansão dos condomínios fechados**

Desde os anos 50, em algumas regiões de Nova Lima os agentes imobiliários já vinham explorando as terras através de loteamentos de entrada restrita, destinados a casas de fim de semana ou locais de moradia fixa. Nesse contexto, o mercado imobiliário e a natureza conjugavam-se em empreendimentos que prometiam novos conceitos de moradia e de relação com a cidade (COSTA, 2003).

O processo de venda das terras desencadeou com a construção, na década de 50, da BR-040, que liga o pólo industrial mineiro ao Rio de Janeiro e passa por parte do território de Nova Lima. As terras foram compradas por pequenos empreendedores imobiliários e destinados ao uso residencial de fim de semana. Ao longo da rodovia MG-030 que liga a capital à sede do município de Nova Lima, também foram implantados loteamentos direcionados para o mercado de renda média e alta da metrópole, antes mesmo do término da BR-040. A expansão urbana do vetor sul se deu basicamente em torno dessas duas importantes rodovias: a BR-040 e a MG-030. Essas rodovias funcionam como um eixo de ligação entre as antigas e saturadas ocupações de

classe média alta na região da Savassi, alto da Afonso Pena, região da Serra e as novas a serem parceladas (BHERING, 2003).

A grande quantidade de terras nas mãos das empresas, os aspectos naturais do município - clima ameno, vegetação exuberante e presença de maciços montanhosos - aliados à expansão urbana do eixo sul de Belo Horizonte, resultaram a partir dos anos 80 e mais especificamente nos anos 90, na ocupação ainda maior dos condomínios fechados e loteamentos. Com a diminuição da atividade mineradora e exaustão das minas, as empresas encontraram nas terras uma segunda fonte renda, através da atividade imobiliária.

No início da implantação desses lotes, os moradores buscavam uma vida alternativa à dos grandes centros urbanos, procurando um maior contato com a natureza. Com o passar dos anos, esses loteamentos, que antes eram apenas para o final de semana, passaram por algumas transformações e agora são loteamentos de moradia definitiva adquiridos por profissionais liberais pertencentes à classe média alta, que os vêem como alternativa de fuga dos “males”<sup>8</sup> da cidade.

Como os condomínios são estritamente residenciais, os moradores não perderam vínculo com a metrópole no que se refere a atividades profissionais, de estudo, lazer e consumo, sendo um automóvel de extrema necessidade (COSTA, 2004a). Com isso, vêm gerando pólos comerciais e de prestação de serviços nas suas proximidades, contribuindo para a desconcentração econômica, seja ela geográfica ou por ramos de atividade (COSTA, 2003). Este movimento pendular<sup>9</sup> mostra que essa urbanização incompleta se caracteriza por um crescimento de justaposição, no qual os condomínios se agregam ao núcleo primitivo, sem, no entanto, criarem áreas auto-suficientes (BHERING, 2003).

Na década de 90, muitos bairros de Belo Horizonte foram afetados pela excessiva verticalização, mudanças de uso do solo e, principalmente, aumento da criminalidade, que resultou em um sentimento generalizado de insegurança (ANDRADE, 2003). Com isso, uma maior segurança se torna crucial para esse “novo conceito de moradia”, o que acaba atraindo cada vez mais moradores (CALDEIRA, 1997).

Com a expansão dos condomínios e diminuição da atividade mineradora, a sede municipal vem perdendo importância dentro do município e se tornando uma região estagnada. Por isso, ao estudar o município de Nova Lima, é importante destacar que há uma diferença entre a sede e o restante do município. A taxa de crescimento do município como um todo foi de aproximadamente 2,3% entre 1991 e 2000. Já a sede do município teve um crescimento próximo de zero e o restante do município apresentou uma taxa relativamente alta, de 5,2%. Essas regiões, que obtiveram altas taxas de crescimento na última década são as áreas constituídas por condomínios fechados, acrescidas de loteamentos do Jardim Canadá, Vale do Sol e Seis Pistas (MENDONÇA, 2004).

Com uma carga tributária menor do que a capital, o município vem recebendo a implantação de várias empresas, mas em contrapartida, uma lei de Nova Lima, obriga essas empresas atraídas para o município por meio de incentivos fiscais a reservar 50% dos postos de trabalho para moradores do município. A lei, no entanto, não tem sido cumprida, pois de acordo com as empresas não há mão-de-obra local qualificada em número suficiente.

O local preferido dos empresários é a região conhecida como Seis Pistas, que abrange os bairros Vila da Serra e Vale do Sereno e se localiza bem próxima à divisa de BH, ao lado do BH

---

<sup>8</sup> Violência, trânsito intenso, poluição, entre outros.

<sup>9</sup> As pessoas passam a morar no entorno da Capital e continuam se deslocando diariamente rumo a esta, para satisfação das necessidades (trabalhar, estudar, consultar médicos, etc).

Shopping. Essa região vem configurando uma nova e expressiva centralidade no setor de serviços, contando com mini-shoppings, faculdades, centro de convenções, hotéis, escolas, bares e restaurantes, entre outros.

### 3.3.Caracterização do município de Nova Lima

O município de Nova Lima tem uma extensão territorial de 428,45 km<sup>2</sup>, sendo maior que Belo Horizonte que tem 330 km<sup>2</sup>. A ocupação do território é dividida da seguinte forma: 2 % de áreas trabalhadas por atividade mineradora; 22% de áreas urbanizadas e 76% de áreas com cobertura vegetal. Localiza-se contíguo à zona sul da capital e tem uma população de 64.295 habitantes. Do total dessa população, 70% mora dentro da sede do município e o restante em bairros localizados fora da sede - Tabela 10.

Analisando a taxa geométrica de crescimento na Tabela 11, verifica-se que Nova Lima tem apresentado um aumento no ritmo do seu crescimento, ao contrário do que vem acontecendo com o município de Contagem. Isso mostra que a expansão no sentido de Nova Lima é recente e que o potencial de crescimento desse município é grande.

**Tabela 10:**  
**População Total, Nova Lima - 1970/00**

Ano	Pop. Total
1970	33.992
1980	41.223
1991	52.399
2000	64.295

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

**Tabela 11:**  
**Taxa geométrica de crescimento anual da população de Nova Lima, 1970-2000**

Período	Taxa de crescimento	Participação Relativa
1970/80	1,95	0,76
1980/91	2,2	1,33
1991/00	2,32	1,46

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Quanto à renda per capita média, essa cresceu 65%, passando de R\$ 244,90 para R\$ 404,80 em 2000. A pobreza foi medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, entre 1991 e 2000 houve uma diminuição de 37%, passando de 23,6% para 14,6% de pobres. O índice de Gini, que mede a desigualdade, passou de 0,55 em 1991 para 0,64 em 2000, mostrando que houve um aumento na desigualdade nesse município - Tabela 12. Na análise do mercado de trabalho, observa-se que do total de pessoas de 15 a 64 anos no município, 72% estavam ativas na semana de referência e 58% estavam ocupadas. Assim como em Contagem, verifica-se que há uma maior proporção de homens economicamente ativos e ocupados.

Para verificar a situação econômica, assim como em Contagem foram analisados o PIB e a Receita Orçamentária do município. A Tabela 14 mostra que em 2000 o PIB de Nova Lima era de 622.639 e ao analisar o setor de atividade é possível verificar que o setor industrial tem o maior PIB e o agropecuário o menor. Isso ocorre, pois o município em questão conta com uma enorme capacidade extrativa mineral.

**Tabela 12:**  
**Indicadores de Renda, Pobreza e desigualdade, Nova Lima – 1991/2000**

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Renda per capita média (R\$)	244,9	404,8
Proporção de pobres (%)	23,6	14,6
Índice de Gini	0,55	0,64

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano.

**Tabela 13:**  
**Pessoas com 15 a 64 anos, economicamente ativas e ocupadas na semana de referência, por sexo, Nova Lima - 2000**

<b>Descrição</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Pop. de 15 a 64 anos	44.158	22.453	21.705
PEA*	31.607	17.924	13.683
%PEA	71,58	79,83	63,04
População ocupada **	25.681	14.910	10.772
% Pop. Ocupada	58,16	66,41	49,63

Fonte: Censo Demográfico de 2000

\*População economicamente ativa na semana de referência

\*\* População ocupada na semana de referência

**Tabela 14:**  
**Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes e PIB por habitante, por setores de atividade econômica, Nova Lima - 2000**

<b>Setores de atividade econômica e PIB/hab</b>	<b>PIB*</b>
Agropecuário	174
Industrial	412.059
Serviços	210.405
<b>Total</b>	<b>622.639</b>
<b>PIB por habitante</b>	<b>9.656</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro

Em R\$ 1.000,00

Para aumentar a arrecadação de impostos, a Prefeitura tem procurado alternativas: age com rigor na fiscalização do pagamento de impostos e procura atrair novas empresas para o município, mantendo a alíquota máxima, do ISS, em torno de 5%. Da receita do IPVA, 50% fica com o município e os outros 50% vão para o estado. Em 2000 a receita total foi de 11.620.643,74, sendo que a maior parte era proveniente do ICMS. No período de 2000 a 2004, Nova Lima aumentou sua receita orçamentária em 66,64%. Em 2003 a arrecadação do ICMS era mais que o dobro daquela referente a outras receitas - Tabela 15.

**Tabela 15:**  
**Receita Orçamentária, Nova Lima – 2000-2003**

ANO	ICMS	Outras Receitas (1)	Total Geral
2000	7.999.012,92	3.621.630,82	11.620.643,74
2001	15.330.171,12	5.498.384,39	20.828.555,51
2002	10.654.269,51	5.665.180,46	16.319.449,97
2003	12.989.272,93	6.376.187,62	19.365.460,55

Fonte: Arrecadação por Município-SICAF/RFGAP801- Secretaria Estadual da Fazenda  
Nota: (1)Outras Receitas = IPVA, ITCD, AIR, Taxas, Multas, Juros e Dívida Ativa.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>10</sup>, também foi analisado para o município de Nova Lima. Esse indicador é um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB), que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH, além de computar o PIB per capita, também leva em conta dois componentes: longevidade e educação.

**Tabela 16:**  
**Índice de Desenvolvimento Humano, Nova Lima - 2000**

IDH	1991	2000
Municipal	0,744	0,821
Educação	0,849	0,928
Longevidade	0,693	0,760
Renda	0,691	0,775

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Em Nova Lima, o IDH era 0,744 em 1991 e passou para 0,821 em 2000, essa mudança foi muito importante, pois agora o município é classificado como uma região de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8). Ao comparar com os outros municípios do estado, Nova Lima apresenta uma situação boa, ocupa a 13<sup>a</sup> posição. Em comparação ao ranking de 1991, esse município subiu 4 posições e a dimensão que mais contribuiu para o crescimento do IDH foi a Renda, seguida pela Educação e por último a Longevidade - Tabela16.

#### **4. A expansão urbana de Contagem e Nova Lima: uma comparação**

Em 1991 o município de Contagem recebia quase 30% do total de emigrantes de Belo Horizonte, enquanto Nova Lima recebia menos de 1%. Em 2000, observou-se uma diminuição nessa proporção para o município de Contagem (21%) acompanhada por um aumento em relação a Nova Lima (2,4%) – Tabela 17.

No que se refere ao índice de alfabetização, em 1991, Contagem apresentava proporção ligeiramente maior de emigrantes alfabetizados, 94% contra 90% em Nova Lima. Em 2000 foi possível observar uma melhoria geral na quantidade de emigrantes alfabetizados, sendo que o município de Nova Lima recebeu uma maior proporção de migrantes nessas condições (98,5%) contra 96,3% do município de Contagem e 93,4% da RRMBH (Gráfico1).

<sup>10</sup> Informações retiradas de O Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.lead.org.br/article/view/374/1/81>. Acesso em: 15/10/2004.

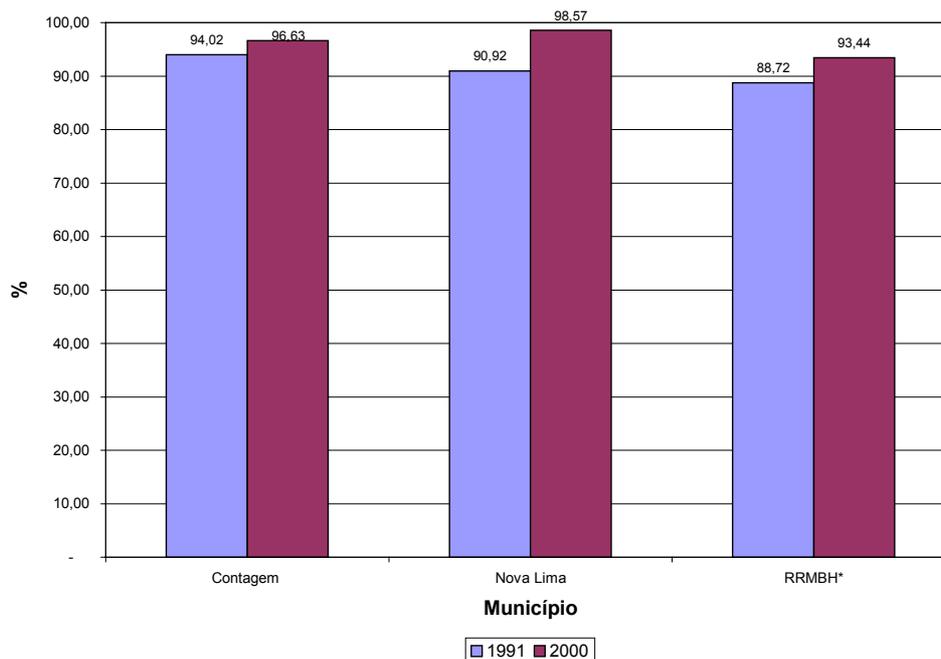
**Tabela 17:**  
**Emigrações intrametropolitanas entre Belo Horizonte e municípios da RMBH, 1986/91 e 1995/2000**

MUNICÍPIOS	1991			2000		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Contagem	17.177	18.178	35.355	14.282	15.403	29.685
%	29,35	29,87	29,62	20,62	21,48	21,06
Nova Lima	600	491	1.091	1.672	1.653	3.325
%	1,03	0,81	0,91	2,41	2,31	2,36
RRMBH*	40.746	42.179	82.925	53.299	54.654	107.953
%	69,62	69,32	69,47	76,96	76,22	76,58
<b>Total RMBH</b>	<b>58.523</b>	<b>60.848</b>	<b>119.371</b>	<b>69.253</b>	<b>71.710</b>	<b>140.963</b>

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000

\*Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte

**Gráfico 1:**  
**Índice de Alfabetização dos emigrantes intrametropolitanos de 20 anos e mais de idade, que saíram de Belo Horizonte e foram para Contagem, Nova Lima e RRMBH – 1991**



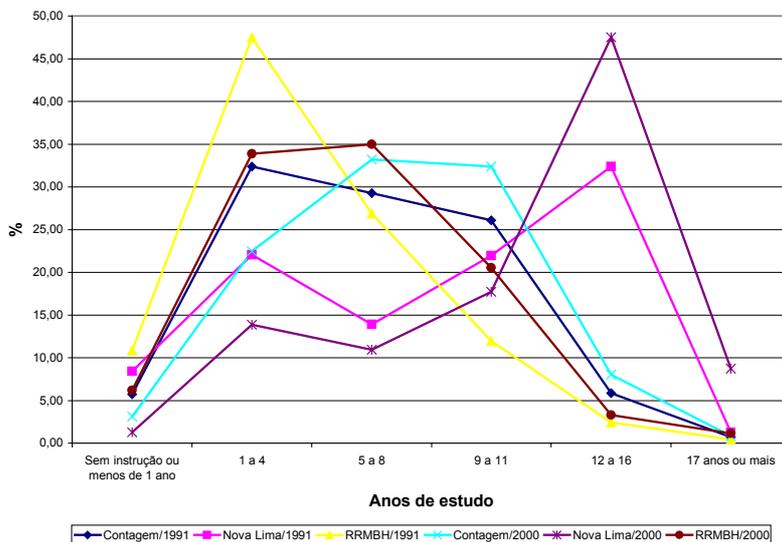
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000

\*Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ao analisar os anos de estudo é possível verificar as diferenças quanto à escolaridade dos migrantes, que tem como destino os municípios de Contagem e Nova Lima. Em Contagem, mais da metade dos migrantes tem até oito anos de estudo, 67,4% em 1991 e 58,7% em 2000. Essa alta proporção é acompanhada por uma pequena quantidade de pessoas com mais de 12 anos de estudo. Por outro lado, em Nova Lima no ano de 1991, 44,4% tinham até oito anos de estudo e em 2000 essa proporção caiu para 26%. Essa redução no período foi acompanhada de aumento

na proporção de emigrantes com alta escolaridade, passando de pouco mais de 30% de pessoas com 12 a 16 anos de estudo em 1991 e quase 50% em 2000 (Gráfico 2).

**Gráfico 2:**  
**Anos de estudo dos emigrantes intrametropolitanos de 20 anos e mais de idade de Belo Horizonte para Contagem, Nova Lima e RRBH, 1986/91 e 1995/2000**



Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000

Quanto à participação no mercado de trabalho formal, aqui medido pela posse de carteira de trabalho assinada, verifica-se que há uma grande diferença entre os sexos. Em todos os municípios da RMBH a maioria dos migrantes são empregados com carteira assinada. Em Contagem e Nova Lima, para ambos os sexos, a maior parte dos trabalhadores são: empregados com e sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores -Tabela 18.

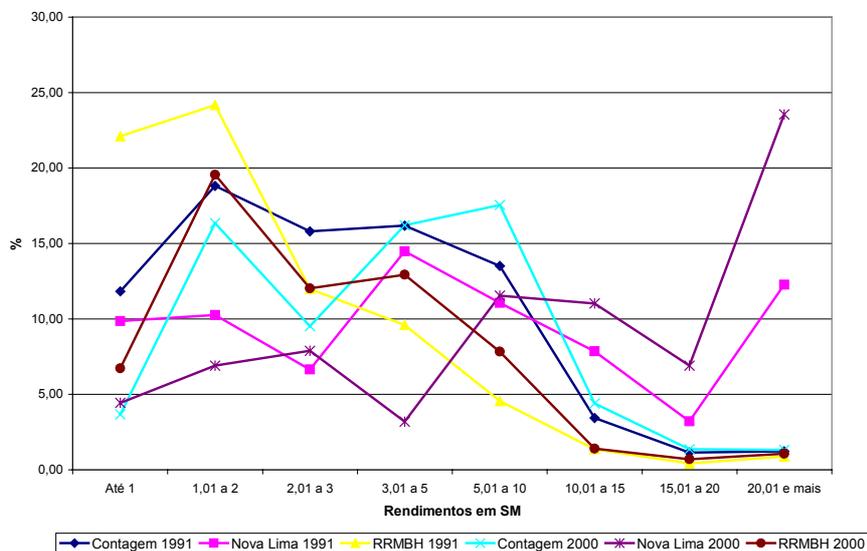
**Tabela 18:**  
**Emigrantes de Belo Horizonte, com 10 anos e mais de idade, por posse de carteira de trabalho, 1986/1991 e 1995/2000**

SEXO	Posse de carteira de trabalho assinada	1991				2000			
		Contagem	Nova Lima	RRBH	Total RMBH	Contagem	Nova Lima	RRBH	Total RMBH
Masculino	Sim	62,57	54,40	61,02	61,46	53,94	44,49	55,41	54,76
	Não sabe	0,22	0,00	0,10	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00
	Não tem	12,55	10,71	13,95	13,46	20,27	14,06	21,37	20,91
	Não é empregado	24,66	34,89	24,93	24,94	25,79	41,45	23,22	24,33
	<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100
Feminino	Sim	54,95	29,81	52,24	52,95	52,12	40,89	52,04	51,70
	Não sabe	0,17	0,00	0,19	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00
	Não tem	20,46	40,38	27,32	24,99	28,13	31,65	29,86	29,46
	Não é empregado	24,42	29,81	20,26	21,87	19,76	27,46	18,10	18,84
	<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100
Total	Sim	59,87	45,45	58,25	58,65	53,17	42,98	54,15	53,57
	Não sabe	0,21	0,00	0,13	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00
	Não tem	15,35	21,50	18,17	17,26	23,57	21,46	24,55	24,22
	Não é empregado	24,57	33,04	23,45	23,93	23,26	35,56	21,30	22,21
	<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000

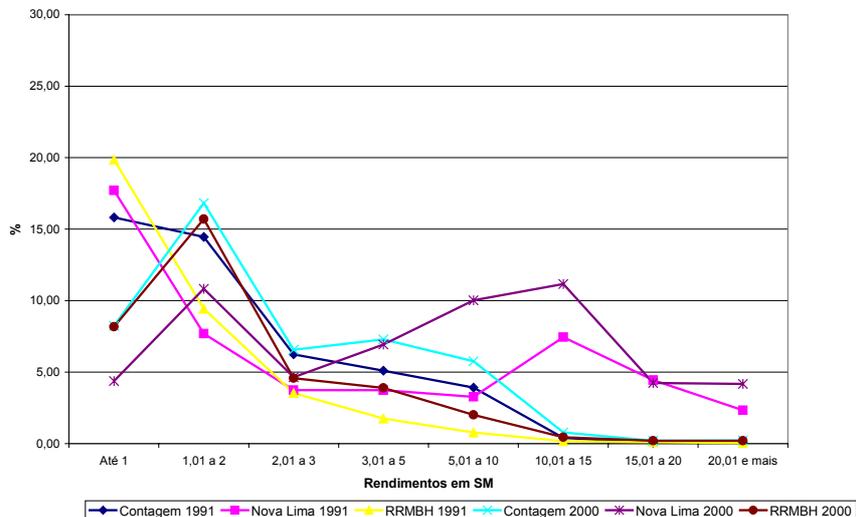
\*Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte

**Gráfico 3:**  
**Emigrantes intrametropolitanos por total de rendimentos em salários mínimos, sexo masculino - 1986/91 e 1995/2000**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000

**Gráfico 4:**  
**Emigrantes intrametropolitanos por total de rendimentos em salários mínimos, sexo feminino - 1986/91 e 1995/2000**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000

Na análise dos rendimentos, medidos em salários mínimos, no agregado dos municípios da RMBH, excetuando Contagem e Nova Lima, 22% dos migrantes recebiam até 1 salário mínimo em 1991 e 7% em 2000. O município de Nova Lima apresentou uma menor porcentagem de migrantes que recebiam até 1 salário mínimo e uma maior proporção de migrantes com rendimento elevado, acima de 15 salários mínimos. Em Contagem a distribuição salarial é muito heterogênea entre os migrantes. No período analisado destaca-se o fato de ter diminuído a proporção de trabalhadores que recebiam até um salário mínimo e ter aumentado a

proporção de trabalhadores migrantes ganhando de 5 a 10 salários, o extremo oposto, ou seja, os com maiores rendimentos (de 15 a 20 salários e mais) apresentaram estabilidade. Ainda na comparação entre os municípios, na análise das curvas de rendimento, verifica-se em Nova Lima o ápice para as faixas de rendimentos mais elevados (de 5 a 10 salários em diante) enquanto que para Contagem observa-se a maioria da sua população ocupada, ganhando até essa faixa (Gráficos 3 e 4).

## 5. Conclusões

Nesse trabalho procurou-se discutir a redistribuição da população nos grandes centros urbanos, tomando como base dois municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte que apresentavam características distintas de formação e desenvolvimento urbano. Verificou-se também a existência de dois públicos específicos nos movimentos de redistribuição da população na maioria das RMs do país, por um lado a migração dos “pobres”, das pessoas com menor rendimento e por outro a saída da população detentora dos maiores rendimentos, ou seja, da parcela mais rica da população. Existem duas explicações para o fato, a especulação imobiliária, que se por um lado supervalorizou terras na capital, por outro descobriu um novo nicho “os condomínios de luxo”. Uma segunda explicação plausível é a da “fuga da violência urbana”, a qual se caracteriza pelo medo da urbanização exacerbada sem a infra-estrutura necessária para um desenvolvimento com qualidade de vida.

A análise sugere que durante o intervalo intercensitário, houve uma melhoria do nível de escolaridade não só nos municípios selecionados, mas de forma generalizada, o que refletiu no aumento do IDH e também do índice de alfabetização.

Verificou-se que os migrantes de Contagem detêm um perfil menos privilegiado - em sua maioria saem da Capital por causas ligadas a supervalorização gerada pela especulação imobiliária - do que aqueles que vão em direção a Nova Lima – estes procuram basicamente uma melhor qualidade de vida. O perfil desses migrantes, salvo o aumento da escolaridade, não se modificou muito entre 1991 e 2000. No que se refere ao trabalho formal ou posse de carteira de trabalho assinada, é importante salientar que na comparação entre os anos analisados houve queda generalizada no percentual, o município de Contagem (11,2%), passando de 59,87% para 53,17%, Nova Lima (5,4%), passando de 45,45% para 42,98% e a RMBH como um todo, de 58,25% para 53,57%, o que significou uma retração de 8,7%.

Na comparação entre os rendimentos médios auferidos aos migrantes com destino a Contagem ou a Nova Lima, verificou-se uma heterogeneidade maior para os primeiros e uma concentração nos extratos de renda mais altos (acima de 15 salários mínimos) para os segundos. Na análise entre 1991 e 2000, os dados sugerem uma melhoria generalizada nos rendimentos do trabalhador, ou seja, menos pessoas recebendo até um salário mínimo em prol de um aumento dos migrantes com rendimentos auferidos na faixa de 5 a 10 salários. Outra observação bastante importante é com relação ao contraste entre os dois municípios selecionados, enquanto Contagem tem a maioria da população migrante ocupada com uma remuneração média de até a faixa de 5 a 10 salários mínimos, Nova Lima os têm percebendo dessa faixa em diante, ou seja, na faixa dos maiores rendimentos.

## 6. Referências Bibliográficas

ANDRADE, Luciana T. Segregação sócioespacial e construção de identidades urbanas na RMBH. In: MENDONÇA, J. G. e GODINHO, M. H. **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 180 – 204.

BHERING, I.G.A. Condomínios fechados: os espaços da segregação e as novas configurações do urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

CALDEIRA, T.P.. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.47, março, 1997.

CONTAGEM, Prefeitura. **Contagem Negócios**: catálogo institucional do município de Contagem, 2001.

COSTA, H. S. M. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte. In: MENDONÇA, J. G. e GODINHO, M. H. **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 159 – 179.

COSTA, H. S. M.; REZENDE, L. N. **Expansão metropolitana, habitação e a construção de sonhos de consumo: notas a partir do Alphaville**. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2004a.

COSTA, H.S.M. Natureza e mercado imobiliário na redistribuição espacial da população metropolitana: notas a partir do eixo-sul de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004b.

FARIA, Maria A.; PEREIRA, Lígia M. L.; **Memória histórica, Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais, 1955-1995**. Contagem: CICI-MG, 1995.

HENRIQUES, Giovanni Braz. Contagem: retrospectiva e análise contemporânea da indústria de transformação. 1996. Dissertação (mestrado) – Belo Horizonte, CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 1996.

HILGERT, N. A.; KLUG, L. B.; PAIXÃO, L. A..A **“criação” do bairro Belvedere III em Belo Horizonte: inovação espacial, valorização imobiliária e instrumentos urbanísticos**. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2004a.

IBGE. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de estatística e informações. **Produto bruto de Minas Gerais, municípios e regiões: 1985-1997**. Belo Horizonte, 1998.

\_\_\_\_\_. **Impactos e perspectivas da reestruturação produtiva de centros industriais médios no Brasil** : Contagem – MG como Projeto-Piloto. Belo Horizonte, 2002.

MAGALHÃES, D. J. A. V. Uma abordagem multinível sobre localização e mobilidade residenciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Tese (Doutorado em Demografia)** - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, UFMG, 2002.

MENDONÇA, Jupira G.; PERPÉTUO, Ignez H. O.; VARGAS, Marcelo C. A **periferização da riqueza na metrópole belo - horizontina: falsa hipótese?** In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2004.

PLAMBEL. **Contagem: Aspectos setoriais**. Belo Horizonte, 1983.

\_\_\_\_\_. **Contagem: síntese dos diagnósticos setoriais – RMBH 90 – programação de investimentos**. Belo Horizonte, 1990.

TEIXEIRA, J.G., SOUZA, J.M. **Belo Horizonte: formação do espaço e segregação social**. In: CURSO DE GESTÃO URBANA E DE CIDADES. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, WBI, LILP, IPEA, ESAF, maio/2001. Disponível em: <http://www.eg.fjp.gov.br/gestaourbana/arquivos/modulo01/mod1arq9.html>. Acesso em: 15/10/2004.